

**EXMO. SR. CONSELHEIRO DURVAL ÂNGELO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

1.ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Processo de n.º 1.120.083

Ofício de n.º 11619/2022

JOSÉ OMAR PAOLINELLI, Prefeito do Município de Carmópolis de Minas/MG, inscrito no CPF sob o n.º 597.490.326-91, portador da Cédula de Identidade de n.º M-964.773-SSP/MG, residente e domiciliado no endereço Praça do Carmo, n.º 124, região central da cidade de Carmópolis de Minas – Minas Gerais, CEP 35.534-000, vem, respeitosamente, por meio de seus procuradores subscreventes, em respeito ao Despacho de peça 25, prestar esclarecimentos quanto a situação das contratações referenciadas na exordial do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

I – TEMPESTIVIDADE

A princípio, anota-se a tempestividade da presente prestação de informações, posto que a ciência do e-mail que encaminhou para o Município a intimação se deu no dia 14.07.2022 (quinta-feira). Assim, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação dos esclarecimentos, **finda-se em 21.07.2022**.

Portanto, tempestiva a peça enviada até esta data.

II – SÍNTESE DA REPRESENTAÇÃO

Trata-se de representação com pedido de suspensão cautelar das contratações temporárias realizadas pelo Município de Carmópolis de Minas/MG, apresentada pelo Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em face do ex-prefeito Geraldo Antônio da Silva e do atual prefeito da cidade José Omar Paolinelli.

Na exordial, o *Parquet* de contas, em síntese interpretativa, alega ter noticiado supostas irregularidades cometidas pelo Poder Executivo do Município, quais sejam, “*fraudes nas nomeações do concurso público de 2019, contratos fantasmas e nomeações*

irregulares de servidores”. Segundo a representação ministerial, foram identificadas as seguintes supostas irregularidades:

- a) Realização de contratações temporárias mesmo com a existência de candidatos aprovados no Concurso Público nº 03/2019 e respectivas renovações destas contratações até o presente exercício, em 2022, descaracterizando o requisito da temporariedade;
- b) Realização de novas contratações temporárias em 2022, mesmo diante da existência de candidatos aprovados no Concurso Público nº 03/2019 para os mesmos cargos, em descumprimento à regra do concurso público, consubstanciado no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal;
- c) Contratações temporárias realizadas além do número de cargos existentes no município, criados mediante lei, considerando o caráter de permanência destas contratações contrária ao requisito de temporariedade das contratações temporárias.

O Órgão Ministerial, ao final da representação, requereu:

- A) O RECEBIMENTO e o REGULAR PROCESSAMENTO da presente Representação, com fulcro no art. 70, caput, da Lei Complementar nº 102/200816;
- B) Que seja conferido o caráter de URGÊNCIA à tramitação dos autos, com fundamento no art. 147, IV, e V, da Resolução TCEMG nº 12/200817;
- C) A SUSPENSÃO CAUTELAR DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS REALIZADAS E PRORROGADAS PELO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS DE MINAS, APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2019, EM 17/2/2020, PARA OS CARGOS CONTEMPLADOS NAQUELE CONCURSO PÚBLICO, COM A IMEDIATA NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS PARA OS RESPECTIVOS CARGOS, com fulcro nos arts. 60, 95, caput, e §1º, 96, III, da LC nº 102/2008;
- D) A intimação do responsável, Sr. JOSÉ OMAR PAOLINELLI, atual

Prefeito Municipal de Carmópolis de Minas, na gestão 2021/2024, para que encaminhe os documentos comprobatórios relativos à suspensão dos contratos temporários;

[...]

Neste cenário, a representação do *Parquet* de contas fora encaminhada para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, oportunidade em que os autos foram distribuídos à relatoria do Conselheiro Durval Ângelo, que, por sua vez, se mostrou de acordo com o relatório técnico confeccionado pela Unidade Técnica do órgão, à peça n.º 24, determinando a intimação do Prefeito do Município de Carmópolis de Minas/MG, para prestar informações sobre a atual situação do ente público municipal.

Diante do exposto, imperioso ressaltar que os questionamentos apresentados pelo Órgão Ministerial não merecem prosperar, conforme razões de fato e de direito que passa a demonstrar.

III – MÉRITO - DA REGULARIDADE DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Nos termos da exordial, o Ministério Público de Contas suscita que haveria diversos cargos na Administração Municipal precedidos de contratação direta sem a realização de concurso público. Sustentou também que teria identificado ausência de lei, o que configurou em contratações temporárias além do número de cargos existentes. Por isso, requereu a suspensão cautelar das contratações temporárias realizadas, visando o não preenchimento dos cargos da Prefeitura sem prévia realização do certame.

Diante disso, imperioso esclarecer a regularidade das contratações realizadas pela Administração Municipal. Vejamos.

O Município de Carmópolis de Minas/MG realizou contratações temporárias, integralmente condizentes com a Lei Complementar de n.º 173/2020 e com o ditame constitucional do art. 37, inciso IX, da Constituição da República. Isto porque, as funções exercidas são substancialmente vinculadas à ocorrência de situações excepcionais de interesse público.

É de conhecimento geral que a pandemia ocasionada pela COVID-19 gerou e ainda vem configurando intensos reflexos nas administrações locais, especialmente na prestação de serviços de assistência à saúde e infraestrutura das cidades. Neste cenário,

considerando as demandas do Município de Carmópolis de Minas/MG, restou imperiosa a promoção de todas as contratações temporárias necessárias para assegurar a eficácia dos atendimentos hospitalares e das obras em desenvolvimento na cidade.

Não por acaso, constata-se que grande parte das contratações temporárias são de atividades intimamente relacionadas à prestação de serviços ligados à saúde e de obras e serviços, dentre as quais se destacam: **i)** auxiliar de obras e serviços; **ii)** farmacêutico; **iii)** fisioterapeuta; **iv)** motorista; **v)** operador de máquinas; **vi)** pedreiro; **vii)** técnico em radiologia; **viii)** enfermeiro II.

Nesta perspectiva, é nítido que o Município precisou realizar contratações para se adequar aos desdobramentos decorrentes da crise sanitária, que causou impacto significativo na própria prestação de serviços dos servidores públicos municipais efetivos. Em razão disso, a Prefeitura Municipal contratou farmacêuticos, fisioterapeuta, técnico em radiologia e enfermeiro II, visando a ampliação dos serviços indispensáveis para garantir a saúde pública, que é um direito social assegurado no artigo 6.º da Constituição da República. Os servidores temporários foram contratados para atuar nas dependências públicas municipais para servir a população neste momento de tamanha necessidade, em decorrência da pandemia do Covid-19.

Por oportuno, podemos exemplificar sobre a necessidade de contratação de motoristas, eis que, em razão do aumento na procura pelo serviço de saúde nas áreas rurais, tornou-se também necessário o encaminhamento de vários pacientes para unidades hospitalares de outros Municípios, quais sejam, Oliveira, Divinópolis e Belo Horizonte.

Se não bastasse as situações acima elucidadas, cabe ressaltar que o Município realizou contratações para o Departamento de Obras e Serviços, quais sejam, auxiliares, operador de máquinas e pedreiro, pela grande demanda por serviços de manutenção das estradas e de outras obras que já estão em desenvolvimento na cidade.

Feitos tais esclarecimentos, **faz-se cristalino que as contratações promovidas pelo ente público municipal decorreram da necessidade temporária e excepcional, ante o interesse público, para controlar os efeitos decorrentes da Covid-19 e atender, de maneira satisfatória, as demandas apresentadas perante a Administração Pública Municipal.** Vale dizer que a contratação dos servidores temporários é resultado da necessidade imperativa pela continuidade dos serviços públicos primordiais. Por consequência, respaldada pelo critério da situação excepcional de interesse público assegurada pelo texto constitucional, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição da República.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020).

Portanto, ao contrário do que faz crer a exordial, não há interesse de suplantar as vagas preenchidas no Edital do Concurso Público de n.º 03/2019, tampouco se pretende violar a excepcionalidade prevista no artigo supracitado. Ora, as situações apresentadas não se trata de necessidades perenes e contínuas, mas sim transitórias e intimamente vinculadas à situação excepcional e que não poderia ser prevista pela Administração Pública.

À vista do exposto, resta esclarecido os motivos que ensejaram a contratação de servidores temporários, bem como a total legitimidade das contratações, conforme se comprova nos documentos apresentados em anexo.

Dentro desse contexto, requer o indeferimento da medida cautelar, tendo em vista que poderá trazer prejuízos irreversíveis ao Município e à continuidade dos serviços públicos municipais.

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) o indeferimento da medida cautelar, tendo em vista que poderá trazer prejuízos irreversíveis ao Município e à continuidade dos serviços públicos municipais;
- b) A juntada das justificativas para as contratações realizadas no exercício de 2022, bem como os respectivos processos seletivos realizados pela municipalidade;
- c) A juntada da relação dos servidores nomeados em caráter definitivo no exercício de 2022 em razão da aprovação no Concurso público;

- d) Por fim, informa que o concurso público ainda se encontra vigente, em face da suspensão do prazo promovida pelo art. 10 da Lei Complementar n. 173/2020, sendo passível de prorrogação do prazo por mais 2 (dois) anos.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 21 de julho de 2022.

Henrique Rocha de Freitas

OAB-MG 101.546

Leonardo Spencer Oliveira Freitas
OAB-MG 97.653

Luis André de Araújo Vasconcelos
OAB-MG 118.484

Gabriela Oliveira Pires
OAB-MG 213.144

Luiza Oliveira Sampaio
OAB-MG 177.549